

O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875
JULIO MESQUITA (1862—1927)



Sábado 1 de JUNHO de 2024 • R\$ 7,00 • Ano 145 • Nº 47709
estado.com.br

Fim de semana

C2 _ C1

Um best-seller para resolver mistérios
Enigmas de 'Murdle' chegam ao Brasil

Aviação _ A14

Cumbica terá novo terminal de luxo
Acesso ao local vai custar até R\$ 3 mil

Liga dos Campeões _ A17

Final de gente grande
Real Madrid, de Vini Jr. (foto), chega como favorito a Wembley, mas Borussia será 'pedreira'



DNA FASSBENDER/AF

BEM-ESTAR Atividade física _ D6



DMITRY KOSTYUKOV/NYT

Malhação no Louvre para poucos sortudos

De olho na Olimpíada, museu abre antes do horário de visitação para sessões de ioga (foto), dança e até corrida. Aulas foram elaboradas para captar a 'sensação' transmitida pelas diferentes salas; ingressos se esgotaram em menos de 1 hora

Polarização _ A6

'Engajamento pelo ódio' dá impulso à filiação partidária

— Aversão a rivais é principal motivo para adesão, diz pesquisa

O principal motivo para o crescimento da filiação partidária no Brasil é a aversão aos adversários políticos. É o que mostra pesquisa da Universidade Federal de

São Carlos (UFScar) com 3,2 mil integrantes de partidos. Pelo menos 70% deles consideraram o ódio aos rivais como motivo relevante para aderir a uma sigla política. Para os pesquisadores, o resultado não só

fomenta a polarização entre os eleitores, mas também enfraquece a democracia. O PT aparece como sigla mais rejeitada, mas o fenômeno do "engajamento pelo ódio" não está restrito ao antipetismo.

"Quando a polarização vira ameaça existencial, se torna perigosa para a democracia."

Steven Levitsky, autor de *Como as democracias morrem*

E&N Inflação _ B1 e B2

Efeitos da tragédia no Sul devem elevar pressão sobre preços

Analistas esperam que preços do varejo reflitam estragos das cheias a partir de junho. Rio Grande do Sul tem fatia importante na produção de alimentos e manufaturados.

2,74% foi a alta no atacado do preço do arroz em casca, segundo o IGP-M de maio

Eleições nos EUA _ A11

Após Trump ser condenado, Biden eleva o tom e esquento debate

Enquanto republicano falou em "caça às bruxas", presidente disse que adversário é "perigoso" e "irresponsável".

Investigação _ A8

PF prende dois suspeitos por ameaças à família de Moraes

Investigação aponta que acusados monitoravam parentes do ministro do STF. Um dos presos é fuzileiro naval.

Estradas _ A13

Rodovia de SP terá primeiro pedágio 'free flow', sem cabines, em agosto

Sistema será instalado na região de Ribeirão Preto e, depois, na Tamoios. Pagamento será por tags ou aplicativo.

Notas e Informações _ A3

A democracia dos EUA no tribunal

Carlos Andreazza _ A7

Na reforma tributária, o modelo legislativo de Lira

Fernando Reinach _ A15

Correlação e causa: cegonhas e bebês

José Márcio Camargo _ B2

Nome do 'fantasmilha' é credibilidade

85 Varejo.
Lee Sinônimo de calça jeans nos anos 1960 e 1970, a Lee vai abrir seis lojas no Brasil

ECONOMIA & NEGÓCIOS

E&N



B1
 DESTAQUE O CABERNO E&N (B1 A B1Z)

SÁBADO, 1 DE JUNHO DE 2024 O ESTADO DE S. PAULO

Indicadores Sob pressão

Para mercado, tragédia no Sul eleva fatores de risco para inflação

— Alta no preço do arroz começa a aparecer no atacado e, junto com outros alimentos e bens industriais, pode impactar indicadores nos próximos meses

MÁRCIA DE CHIARA

Os efeitos da tragédia climática no Rio Grande do Sul sobre os preços de alimentos ameaçam colocar mais pressão sobre as estimativas de inflação para este ano e 2025 – que já vinham em alta nas últimas semanas – e virar novo motivo de preocupação para o Banco Central.

Até aqui, os indicadores oficiais se mostram sob controle. Em 12 meses até maio, o IPCA-15 (uma prévia da inflação) acumula alta de 3,7%, ante 3,8% até abril. Nas últimas semanas, po-

rém, houve uma deterioração das estimativas do mercado por causa de vários fatores combinados. Entre eles, a incerteza do cumprimento da meta fiscal do País, os preços dos serviços já pressionados pelo aquecimento do mercado de trabalho e a manutenção de juros elevados nos Estados Unidos por mais tempo. Mas o que desandou esse cenário mais recentemente foi a tragédia no Sul, concordam os economistas ouvidos pelo **Estadão**.

Dados do boletim Focus (uma compilação feita pelo BC) mostram que, entre os dias 3 e

24 de maio, as projeções para a inflação neste ano passaram de 3,72% para 3,86%. No caso de 2025, foram de 3,64% para 3,75%. Nesse mesmo interva-

de, as estimativas para a variação dos chamados preços livres – grupo no qual estão inseridos os alimentos – subiram

Varição
O preço do arroz em casca subiu 2,74% pelo IGP-M de maio, depois de ter caído 2,71% em abril

de 3,62% para 3,81% (neste ano) e de 3,54% para 3,7% (em 2025).
 “Praticamente, a revisão para cima das expectativas de inflação ao longo de maio, especialmente para a projeção de 2024, foi por conta dos preços livres, e isso é um indicio de que a mudança ocorreu por causa dos alimentos e da tragédia no Sul”, afirma o economista Fabio Romão, da LCA Consultores. A consultoria aumentou em 0,5 ponto percentual sua projeção de alta de preços para o grupo Alimentação e Bebidas no IPCA deste ano – de

4,3% para 4,8% – depois das enchentes do Sul.

A mudança já leva em conta movimento de preços registrado no atacado. O preço do arroz em casca, por exemplo, subiu 2,74% pelo IGP-M de maio, depois de ter caído 2,71% em abril. O Rio Grande do Sul responde por 70% da produção nacional do grão.

A alta foi o argumento usado pelo governo para montar uma operação inédita pela qual a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) vai atuar da ponta da importação até a distribuição do produto diretamente nos pontos de venda. Com a reação dos produtores, que viram no movimento uma intervenção no setor, o governo passou a dizer que ainda trabalha no leilão de importação do arroz e que só posteriormente vai definir a modalidade de venda ao comércio.

O produto será vendido com o aviso “Arroz importado pelo governo federal” e preço tabelado de R\$ 4 o quilo. ●

IMPACTO NOS PREÇOS NO VAREJO DEVE VIR EM JUNHO, PREVÊEM ANALISTAS. PÁG. B2

LEILÃO ONLINE DE VEÍCULOS

03/06 (SEGUNDA) ÀS 09H30 - SOMENTE ONLINE



FROTA
 IPVA 2024 PAGO
 LICENCIAMENTO 2024 PAGO

FORD RURAL WILLYS 79/79



FROTA
 IPVA 2024 PAGO
 LICENCIAMENTO 2024 PAGO

RENAULT KGO EXPRESS 16 14/15



FROTA
 MERCEDES-BENZ ATEGO 1729 20/20



PARTICULAR
 IPVA 2024 PAGO

HONDA POP 110i 21/21



FROTA
 IPVA 2024 PAGO
 LICENCIAMENTO 2024 PAGO

HONDA FIT LX MT 15/16

ESTAS E OUTRAS OPORTUNIDADES IMPERDÍVEIS



SODRESANTORO
 SODRESANTORO
 LEILAO.SODRESANTORO
 (11) 2464-6464
 (11) 97777-1244

WWW.SODRESANTORO.COM.BR

Aponte a câmera do seu celular para o código ao lado e acesse este leilão. Consulte edital completo no site. José Eduardo de Abreu Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 195

SODRÉ SANTORO
 45 anos

O fantasma

ARTIGO

José Márcio Camargo

Professor titular aposentado do Departamento de Economia da PUC-Rio, é economista-chefe da Genial Investimentos

Em audiência pública na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, se mostrou surpreso com a deterioração do cenário da economia brasileira nas últimas semanas. Em sua participação na Comissão, o ministro se perguntou: “O que está acontecendo?”. E, em seguida, respondeu a sua própria pergunta: “A impres-

são que dá é que há um fantasma - sabe? - fazendo a cabeça das pessoas e prejudicando o nosso plano de desenvolvimento”. Apesar da surpresa do ministro e da insinuação de que tem alguém jogando contra seu plano (seria seu próprio partido?), não é difícil avaliar as causas da deterioração recente do cenário.

A deterioração teve início com o anúncio de que as metas de superávit primário em 2025 e 2026 seriam afrouxadas, passando de superávit de 0,5% e 1,0% do PIB, para superávit 0% e 0,25% do PIB, respectivamente. Este afrouxamento das metas confirmou para os investidores a percepção de que o governo atual tem pouco compromisso

O nome dele é credibilidade e o endereço, a Esplanada dos Ministérios e o Palácio do Planalto

com as metas de superávit primário. Caso seja necessário reduzir despesas para cumprir as metas, o mais provável é que elas sejam afrouxadas. Com isso, perdeu-se a âncora

fiscal.

O resultado da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) gerou dúvidas quanto à postura da nova diretoria da instituição que vai assumir a partir de 31 de dezembro de 2024. Em especial, a divisão dos membros do comitê entre os indicados pelo atual governo (que votaram por uma redução de -0,5 ponto de porcentagem da Selic) e os indicados pelos governos anteriores (que votaram por redução de -0,25 ponto de porcentagem), fez com que parte dos investidores ficasse em dúvida se a nova diretoria vai persistir na estratégia de perseguir a meta para a inflação ou se contentar em manter a taxa de inflação no topo do in-

tervalo de metas.

A declaração do ministro de que a meta para a inflação de 3,0% ao ano é “exigentíssima para as condições da economia brasileira” jogaram mais lenha nessa fogueira, ao trazer de volta ao imaginário dos investidores a possibilidade de que a meta seja aumentada, caso seja necessário manter a Selic em nível elevado para atingi-la, comprometendo a âncora monetária.

O ministro tem razão. Tem um “fantasma” fazendo a cabeça das pessoas”. Mas, ao contrário do que sugere o ministro, este fantasma é bastante conhecido: o nome dele é credibilidade e o endereço, a Esplanada dos Ministérios e o Palácio do Planalto. ●

Indicadores Sob pressão

Impacto nos preços no varejo deve começar em junho, preveem analistas

RS tem grande fatia na produção de alimentos como arroz, leite e aves e também em bens industrializados

MÁRCIA DE CHIARA

A expectativa inicial dos analistas é de que os reflexos da tragédia climática no Rio Grande do Sul sobre os preços de alimentos no varejo venham à tona a partir agora de junho. Além dos alimentos, como arroz, soja, leite, suínos e aves, o Estado também tem peso na fabricação de industrializados, como calçados, têxteis, metais sanitários, móveis e na fabricação de veículos - que, na visão dos analistas, também podem ter seus preços afetados.

“Esperamos um rebote na alimentação no domicílio como consequência das enchentes”, afirma Adriano Valladão, economista do Santander Brasil. Segundo ele, o cenário para a inflação corrente é benigno, mas os riscos aumentaram especialmente depois da tragédia no Sul.

“O fiel da balança, o que colocou maior volatilidade nas expectativas de inflação para o ano, foi a tragédia do Sul”, acrescenta André Braz, coordenador dos Índices de Pre-



Trabalhadores removem lama de fábrica em Encantado (RS)

ços da FGV e economista do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre-FGV).

Ele acredita que, no pior cenário, a alimentação no domicílio possa avançar 7% dentro do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA, o indicador oficial de inflação no País) neste ano, depois do evento do Sul. Num quadro mais benigno, ele projeta alta de cerca de 4%.

Ainda de acordo com as simulações feitas por Braz, o IPCA deste ano pode ficar em torno de 3,9% a 4% ou avançar para perto de 4,5%. O centro da meta de inflação para este ano é de 3%, com margem de tolerância até 4,5%. “Com certeza, a conta do Sul vai chegar: não tem como uma tragédia

dessa magnitude não causar um revés inflacionário.”

Marcela Kawauti, economista da gestora de recursos Lifetime Asset, também já vê a inflação fechada neste ano mais perto do teto da meta. “Tem tanta incerteza que o Banco Central precisa pisar em ovos daqui para frente”, afirma Marcela, em referência às próximas reuniões do Comitê de Política Monetária (Copom) para definir a Selic. A economista não descarta a possibilidade de o BC interromper, já na reunião deste mês, o corte da taxa básica de juros - “mesmo com a inflação ‘controlada’ entre muitas aspas”, afirma ela. ●

Conta do governo com as enchentes no Sul já chega a R\$ 20 bilhões

DANIEL WETERMAN
BRASÍLIA

A calamidade no Rio Grande do Sul exigiu do governo federal a liberação de R\$ 20 bilhões em “dinheiro novo” do Orçamento até agora. O valor pode aumentar, pois não há um limite estipulado para as ações nem um cálculo do impacto real da tragédia na vida das pessoas, empresas e na infraestrutura do Estado.

O gasto, mesmo fora da meta de resultado primário (neste ano, a meta do governo é zerar o déficit, com tolerância de 0,25% do PIB), deve impactar no déficit geral das contas públicas e exigir esforços maiores para controlar o endividamento, que cresce e será impactado pelas medidas de ajuda ao Rio Grande do Sul. Além disso, a tragédia deve levar o Estado a uma recessão econômica em 2024, o que também afeta a economia nacional.

“As medidas do governo são necessárias, mas tudo isso acaba sinalizando um cenário bastante complicado e ainda há uma hesitação para saber o tamanho do estrago. A situação vai piorar antes de melhorar”, afirma João Pedro Leme, analista da Tendência Consultoria.

Os R\$ 20 bilhões consideram apenas as medidas que demandaram dinheiro novo do Orçamento, não previstas anteriormente, como aporte para financiamentos a empresas, auxílio para pessoas desabrigadas, obras em estradas e repasses para o governo e municípios gaúchos. Não inclui, por-

tanto, as antecipações de crédito, o refinanciamento das dívidas e o pagamento de recursos que já estavam programados.

ARROZ IMPORTADO. O maior gasto é com a compra de arroz importado, cerca de R\$ 6,7 bilhões. Em seguida, está o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), com aporte de R\$ 4,5 bilhões. O apoio financeiro às famílias desalojadas ou desabri-

“As medidas são necessárias, mas acabam sinalizando um cenário complicado”

João Pedro Leme
Analista da Tendências

gadas após as enchentes, batizado de Auxílio Reconstrução, vai custar R\$ 1,2 bilhão.

Para as estradas federais, até agora, foram destinados mais R\$ 1,2 bilhão. O emprego das Forças Armadas no socorro às vítimas demandou R\$ 1,1 bilhão no Orçamento. Há ainda repasses para Estado, municípios, seguro-desemprego e assistência à saúde, entre outras despesas.

O impacto de R\$ 20 bilhões considera gastos autorizados em um mês, de acordo com o Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop), do governo federal. O valor está próximo ao gasto com o auxílio emergencial e às transferências para o Estado e municípios no Rio Grande do Sul durante a pandemia de covid-19 (R\$ 21,7 bilhões). ●